

## PARTICIPAÇÃO E EDUCAÇÃO: O CASO DAS POLÍTICAS SOCIAIS EM MINAS GERAIS

*Antônio Júlio de Menezes Neto\**

### Introdução

A análise aqui proposta contextualiza as políticas públicas como produto de múltiplas determinações. Assim, estas não podem ser analisadas como um fim em si mesmo. Os objetos de análise não se encontram no interior do processo, sendo antes reflexo de toda uma multiplicidade de fatores.

O golpe militar de 1964 deu ao país um novo reordenamento econômico e social, subordinando a sociedade brasileira ao projeto de desenvolvimento capitalista. Buscou construir a nova ordem pela coerção e pelo consenso.

Para tanto, houve um controle efetivo do Estado por parte de uma tecnoburocracia. Assim, este Estado, amparado pela burocracia militar e dirigido pela burocracia estatal e empresarial, atuou movido por interesses. Buscou eliminar a possibilidade da organização política dos movimentos populares, capazes de bloquear a livre expansão do processo acumulativo. Desta forma, houve um enfraquecimento da sociedade civil e o fortalecimento da tecnoburocracia estatal e militar (RODRIGUES, 1984).

Devido à limitação e delimitação do tema, a análise aqui proposta não discutirá as diferentes políticas presentes nos governos militares. Porém, é importante demonstrar como a ideologia da racionalidade técnica perpassou as políticas desenvolvidas no período. Os conceitos de "racionalidade em si" e "neutralidade da ciência" aparecem como um discurso ideológico de legitimação do sistema.

Delfim Neto, então ministro do planejamento, afirma em uma entrevista ao jornal o **Estado de São Paulo** de 22/07/71: "A economia tem normas que escapam às ideologias e regimes políticos". (DELFIN, apud Covre, 1983). Golbery afirmava a **O Globo** de 20/01/79 que a civilização ocidental significava: "... a Ciência - como instrumento de ação - a Democracia - como fórmula de organização política - e o Cristianismo - como supremo padrão ético". (GOLBERY, apud Covre, 1983).

---

\* Professor do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação-DeCAE da Faculdade de Educação - UFMG.

Utilizando o discurso da “racionalidade em si”, os primeiros governos golpistas pós-64 desenvolveram a sua política social. Segundo FREITAG (1986), o Estado militar pós-64, tecnocrático e autoritário, dispensava a legitimação popular que o Estado social exige. Porém, buscava sua legitimação no desenvolvimento econômico baseado na dinamização das forças produtivas - ciência e tecnologia. As práticas intervencionistas basearam-se mais nas políticas econômicas e nas ações repressivas, do que em políticas sociais sofisticadas, que pudessem diminuir tensões e injustiças sociais. OFFE (1984) analisa o Estado como articulador e organizador da sociedade, silenciando os conflitos, ideologizando as consciências, disfarçando contradições, com vistas a perpetuar as relações de produção e acumulação e impedir a eclosão dos conflitos de classes. Porém, quando esse Estado assume encargos excessivos, ele entra em contradições estruturais que não consegue mais controlar. Ao deixar de atender reivindicações crescentes, perde sua base política.

### **As Políticas Participativas e a Tecnologia Neoliberal**

Em meados dos anos 70, tendo como ponto de partida os choques do petróleo, a economia capitalista conhecerá momentos de instabilidade. A transição democrática, projeto oscilante que acompanhou todos os governos militares do Brasil, começa a ser implementado no governo Geisel, através da “transição lenta, gradual e segura”. Este período mostrava o esgotamento da legitimação dos governos militares/tecnoburocratas/empresariais. As parcelas da sociedade civil que não foram beneficiadas com o crescimento econômico do período começam a reorganizar-se. O direito de cidadania aparece nas reivindicações. É o período do renascimento das greves, da anistia, das associações de moradores. É um momento de cobrança da democracia como um compartilhar de bens materiais, sociais e políticos. É o questionamento da forma de repartição do poder.

O Estado de Minas Gerais também conheceu o mesmo processo. O Estado modernizou-se e urbanizou-se. As relações sociais e políticas tornaram-se mais completas. Os anos 70 mudaram o perfil do Estado que, de tendência agropecuária, torna-se um Estado industrial. Conforme PAIVA (s.d), em 1980, de cada 100 empregados, apenas 30 estavam na ocupação agropecuária, o que demonstra a inversão da mão-de-obra num Estado de tradição rural.

O 'milagre mineiro' desenvolveu-se até o final dos anos 70. Neste período (1970-78), obteve-se uma taxa de expansão do PIB de 10,2% ao ano, puxada pelas indústrias manufatureiras, a construção civil e a mineração<sup>1</sup>.

Apesar deste desempenho econômico, os resultados sociais não acompanharam estes indicadores. O rápido crescimento econômico não foi seguido de alguns indicadores sociais como aumento do emprego, desconcentração de rendas, diminuição da pobreza, etc. Além do mais, concentrou-se no setor industrial, gerando o êxodo rural/urbano. Assim, ainda segundo PAIVA (s.d.:6), "a economia mineira cresceu muito rapidamente, mas este crescimento não foi capaz de reduzir os problemas sociais do Estado. Ao contrário, seu resultado foi responsável pelo agravamento da concentração de renda e pela baixa capacidade de geração de empregos. Tudo isto dentro de uma concepção de desenvolvimento apoiada pelo governo estadual". O problema agrava-se ao final da década, onde, segundo estudo da Fundação João Pinheiro<sup>2</sup> o crescimento do PIB do Estado caiu ao nível de 3,4%.

Esta política gerou enormes contingentes populacionais nas periferias urbanas, com evidentes carências sócio-econômicas. No campo político, o fim da década de 70 apresenta uma reorganização dos movimentos populares e sindicais também em Minas Gerais. Apesar deste novo quadro, setores conservadores continuaram mantendo o controle político (DULCI, 1988).

O regime autoritário pós-60, que foi caracterizado pela centralização tecnocrática, havia organizado as políticas sociais em moldes empresariais e segregadores. Porém, ao final da década de 70, o poder público inaugura uma nova forma gestonária, voltada para a área social e com apelo participativo. Deve-se ressaltar que essa participação foi restrita à área social e na esfera da execução dos serviços, sem influência sobre a alocação global dos recursos (SOMORRIBA e AFONSO, 1987).

Neste contexto, o governo conservador de Francelino Pereira inaugura nova forma de gestão pública, voltada para a área social e de caráter participativo.

Os programas foram concebidos no âmbito da Secretaria de Planejamento, com ênfase na política social, na descentralização e na participação. No período enfocado, são elaborados os PDRI's (Programas de Desenvolvimento Rural Integrados), o PROECI (Programa destinado às cidades intermediárias), e o PRODECOM (Programa de Desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Planejamento Compreensivista: contradições entre a teoria e prática - Fundação João Pinheiro.

<sup>2</sup> Ibidem.

de Comunidades), todos direcionados para as populações pobres da cidade e do campo.

Observa-se que os programas foram concebidos dentro de uma proposta de participação concedida, baseada em relações sociais primárias, criando a "ilusão da participação" política e social (BORDENAVE, 1983).

É importante salientar que essa política integrada e participativa surgiu no esgotamento do ciclo econômico do período pós-64. Este período, de mobilização popular e sindical, possuía forte base de oposição às administrações situacionistas. O governo buscava estreitar sua relação com os movimentos populares através dos programas especiais, visando reverter este quadro político desfavorável.

Interessa-nos neste momento a perda da consistência do discurso da "racionalidade em si", do "instrumento técnico neutro". O Estado é obrigado a assumir o momento de reorganização política da sociedade, é obrigado a apresentar propostas que contemplem diversos interesses sociais. É obrigado a assumir a política de dar autonomia para não perder o controle. O tecnocrata viu-se envolvido por uma sociedade que fazia cobranças políticas e sociais.

O movimento sindical de trabalhadores passava por um período de afirmação e reorganização. Em Minas Gerais, metalúrgicos de João Monlevade e Betim fazem greve por aumentos salariais, obtendo repercussão política. A nível nacional e estadual, os trabalhadores discutem a criação da Central Única dos Trabalhadores, que depois de uma cisão, dará corpo a duas centrais: a CUT e a CGT.

Neste período, diversos trabalhadores, dentre os quais os trabalhadores do ensino e o funcionalismo público no geral, rearticulam seu movimento reivindicatório. A CONTAG e a FETAEMG levantam a bandeira da reforma agrária. É o período do chamado "Novo Sindicalismo".

A vitória do PMDB em 1982 para o governo do Estado (gestão Tancredo Neves/Hélio Garcia) aglutinou diversos setores oposicionistas, sendo que a área social foi entregue a setores progressistas, e a área econômica, aos setores conservadores. Porém, na disputa interna pelo controle do governo, estes últimos mantiveram a hegemonia. De acordo com a avaliação realizada pela Fundação João Pinheiro<sup>3</sup>, através de entrevistas com técnicos de Estado, é relatado que os grupos que assumiam as Secretarias de Estado na área social procuraram ampliar o seu espaço político. O "planejamento técnico" cede espaço para o jogo de interesses políticos inerentes à realidade. A Secretaria de Estado da Educação busca uma gestão participativa através

---

<sup>3</sup> Ibidem.

do Congresso Mineiro de Educação. SOMARRIBA e AFONSO (1987) analisam que houve no período, uma incorporação pelo Estado de militantes do movimento popular, visando isolar as reivindicações autônomas deste movimento. O Estado atraía para as agências públicas os interesses populares, buscando hegemonizar seu projeto político. Porém, o momento é bastante complexo no contexto do Estado, com diversos interesses conflitantes buscando a hegemonia do processo. Certo é que o Estado não logra êxito na tentativa de amenizar problemas sociais e educativos, ocorrendo descontentamento da população ao longo da década.

Concomitante a estas questões, LE VEN (1987) observa que, em meados da década de 80, ocorre uma reestruturação na estrutura e estratégia da produção industrial, uma intensificação do trabalho produtivo e uma racionalização empresarial. Este fato gerou a busca da automação e de novas formas de gestão da força de trabalho. Palavras de ordem, como racionalização, produção ágil, redução do trabalho produtivo, tornam-se dominantes nas unidades industriais, empresas estatais, bancos, etc. É a modernização pela qualidade participativa. É a introdução dos "Círculos de Controle de Qualidade" em Minas Gerais. No campo, a problemática da reforma agrária e do pequeno produtor rural é minimizada por novas análises, que contemplam o avanço produtivo, gerado pela modernização das relações de produção no campo como consequência das aplicações tecnológicas no setor, como o novo paradigma rural. Esta reestruturação do capitalismo será um fator fundamental de desmobilização das demandas populares, e será decisivo como fator de racionalização do Estado nos anos 90.

Apesar do objeto analítico aqui proposto situar-se na conexão estrutural do capitalismo com as mudanças políticas que ocorrem a nível de sociedade civil e do Estado, observa-se que o processo político pode manifestar-se de modo mais lento, às vezes desconectado no imediato momento estrutural, em razão de uma certa autonomia relativa da política com a economia. Porém, numa análise macrossocial, pode-se validar a conexão entre os dois níveis (DULCI, 1988).

A crise econômica, que vinha acentuando-se desde o final da década de 70, recrudescer nos anos 80 e 90. Em que pese a organização política da sociedade, em manifestações grandiosas, como nas "diretas-já", ou na primeira eleição direta para presidente, em 1988, o país assiste à queda das taxas de crescimento, agudizando problemas de distribuição de renda e aprofundando as diferenças sociais.

O Estado, questionado na sua esfera de atuação pelo neoliberalismo, que propõe a diminuição do tamanho do Estado ao mínimo, para que as

forças do mercado possam expandir-se, sofrerá a retração de investimentos, e terá que fazer escolhas políticas na aplicação dos recursos. Concomitantemente, o movimento popular também entra em crise, e passa de ações ofensivas para defensivas. Em termos macroestruturais, a crise econômica o neoliberalismo, a crise do paradigma socialista, a queda do Leste Europeu, e a descrença no papel do Estado enquanto impulsor de reformas sociais, são apresentados como fatores que contribuíram para a chamada crise dos movimentos populares e sociais.

Neste cenário, a segunda metade dos anos 80, o governo de Minas Gerais encerra a sua política de práticas e planejamento participativo.

Na análise aqui desenvolvida, a crise do Estado deve ser conjugada com a rearticulação do capitalismo em moldes neoliberais. Dessa forma, busca-se entender o papel dos governos federal e estadual dentro desta conjuntura política. A nível federal, o discurso modernizante e neoliberal avança com a vitória de Fernando Collor de Mello à Presidência da República, inaugurando um período que tem continuidade nas propostas do governo federal de Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1994.

Porém, Minas Gerais ainda conheceu um governo clientelista dentro deste cenário de transformações. O Governo Newton Cardoso (1987-1990), dentro de uma postura que privilegiava o pragmatismo populista, buscou direcionar os poucos recursos disponíveis para áreas de seu interesse político, desprezando qualquer forma de planejamento. Desta forma, a reorganização e modernização do capitalismo não impediu a vitória ao governo de Minas Gerais de um candidato com as características populistas nas eleições de 86. Assim, a SEPLAN foi esvaziada com a criação da Secretaria Estadual de Assuntos Municipais e a transferência da Superintendência de Orçamento para a Secretaria da Fazenda. A política "para os pobres" deveria ter um caráter imediatista (SOMARRIBA e RESENDE, s.d.); os programas especiais foram desativados, a educação, a saúde ficaram sem projetos específicos. O governo era incapaz de visualizar as transformações estruturais.

Portanto, o governo Newton Cardoso não deu nenhum direcionamento no sentido de uma política que contemplasse a organização da sociedade, como também não trabalhou no sentido de uma política compatível com as transformações estruturais e conjunturais do capitalismo. A sua política clientelista gerou descontentamento na sociedade organizada.

CRUZ e PINTO (1991), ao analisarem a trajetória da Secretaria do Trabalho e Ação Social no período de 1985 a 1990, demonstram que a pasta perdeu progressivamente sua participação na despesa do Poder Executivo, através dos seguintes dados:

### Participação da SETAS-MG no Orçamento do Estado

| ANO | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 |
|-----|------|------|------|------|------|------|
| %   | 0,53 | 0,68 | 0,54 | 0,38 | 0,34 | 0,33 |

Fonte: Orçamentos Fiscais do Estado de MG - 1991, 1990 e 1988 - Governo do Estado de Minas Gerais

CRUZ e PINTO (1991) ainda demonstram que, no ano de 1985, cerca de 20% dos convênios foram de apoio aos pequenos produtores rurais, índice que cresce em 1986. A partir de 1987, este índice cai, ano a ano, chegando ao percentual de 3,2% em 1990. É interessante observar que, ao passo que os Sindicatos de Trabalhadores Rurais vêem sua participação reduzida nos recursos distribuídos pela SETAS de 14,5% em 1985 para 4,7% em 1990, lojas maçônicas, hospitais, fundações de ensino superior, Lions Club, etc, vêem sua participação crescer nos recursos destinados a esta Secretaria. Desta forma, o Estado, na sua política social, perde o interesse no trabalho organizativo, sem que o movimento social reagisse ao fato. Neste período, o Estado não planeja, nem de forma tecnoburocrática e nem de forma participativa.

A nível de governo federal, o ciclo dos governos militares cedia espaço para um governo civil. Porém, o período político permanece na esfera da transição negociada. O governo Tancredo/Sarney, contando com o apoio de setores conservadores e progressistas da sociedade, numa aliança com antigos membros da equipe militar, busca constituir um governo de transição, objetivando implementar um programa mínimo de reformas econômicas, sociais e políticas. A morte de Tancredo Neves deixou o governo sob as rédeas de Sarney, um político conservador e de estilo populista. Porém, em 1988, é promulgada a nova Constituição do Brasil, assegurando diversas conquistas sociais, por força da mobilização da sociedade.

Neste período, as transformações estruturais do capitalismo ganham novos contornos, e na eleição presidencial de 1989, Collor ganha as eleições com um discurso de modernização do país, formando uma frente política com todos os setores conservadores. Era o projeto de rearticulação do Estado e da economia reclamados pelos setores situados à direita no cenário político. O governo Collor propõe-se a reestruturar o Estado em bases neoliberais, numa conjuntura em que as propostas social-democratas perdem terreno num contexto de profundas inovações tecnológicas e de globalização da economia. Segundo MERCADANTE (1990), o neoliberalismo fortalece suas posições com a crise do Leste Europeu e "lançará poderosa ofensiva ideológica

da supremacia absoluta do mercado sobre o planejamento, onde a privatização do Estado e a internacionalização da economia são o único caminho eficaz para o aumento da produtividade e eficiência do organismo econômico". (ibidem:8). O governo propõe retirar conquistas sociais da constituição.

A falta de competência de levar adiante a prometida reforma estrutural, aliada a um quadro de corrupção generalizada, frustrou os planos da pretensa racionalidade governamental de Collor.

Em Minas Gerais, o segundo governo de Hélio Garcia (1991-94) acontece no bojo das transformações globalizantes da economia. Os anos 90 trazem a transnacionalização e uma nova ofensiva do capital. Os movimentos populares e sindicais buscam novos caminhos dentro da nova conjuntura. Porém, estes caminhos passam por uma atitude defensiva, misturada a uma certa atitude de perplexidade diante dos novos acontecimentos. Neste governo, Hélio Garcia inicia algumas políticas direcionadas ao novo movimento do capital. Esta política localiza-se principalmente na Secretaria de Educação, com o programa de Qualidade Total sendo implementado. Este fato deve-se a necessidade do capital exigir uma mão-de-obra qualificada na sua capacidade lógico-abstrata, capaz de assimilar as contínuas e rápidas inovações tecnológicas.

Os demais programas especiais, destinados às políticas sociais, não foram reativados. Os organismos internacionais de fomento na área social (BID, Banco Mundial), que financiaram parte de programas especiais citados, mudaram a prioridade para o financiamento do programa de Qualidade Total da Secretaria de Educação. Este fato evidencia as novas prioridades do capitalismo atual numa economia globalizada. Concomitante a este fato, o problema ideológico, a famosa e antiga "influência comunista", é considerada superada nas análises dos donos de capital e do poder.

O novo paradigma preocupa-se com a ampliação e inserção em novos mercados. A qualidade, como sinônimo de modernidade, começa a ser objeto de discussão nas políticas públicas. É uma mudança no pensar e no agir das pessoas. As resoluções dos problemas sociais passam a ser consequência do sucesso dessa modernização. As buscas voltam-se para a produtividade, redução de custos, compromisso mútuo entre o capital e o trabalho. É o novo paradigma ideológico da "racionalidade técnica".

O governo eleito em 1994, Eduardo Azeredo, apresenta a tendência de dar continuidade ao projeto político de seu antecessor, deixando o processo educativo entregue apenas ao Programa de Qualidade Total. Ressalte-se que, no primeiro semestre de 1995 a gestão Azeredo assinou convênio com o Banco Mundial, no valor de US\$ 300 milhões para implementar a Qualidade



Total nas escolas, dando, desta forma, o direcionamento de levar Minas para o grande projeto de transformação do capitalismo atual. Corroborando esta análise, o presidente do Colégio Pitágoras e do Conselho de Educação da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), afirma que as empresas no capitalismo atual, num cenário de globalização e novas tecnologias, devem investir na qualificação de seus trabalhadores, para que estes saibam dominar as ferramentas do mundo informatizado. Assim, o problema educacional teria uma natureza econômica "pois impacta diretamente a competitividade da empresa". E complementa: "o modelo de gestão em Minas tornou-se um paradigma para todo o país, passando a considerar a mão-de-obra como fator primordial para a atração de novos empreendimentos (...)"<sup>4</sup>.

Assim, o social é submetido ao grande capital, num modelo de mercado competitivo, fazendo com que as políticas públicas se reencontrem com os interesses de um mercado que se globaliza e se informatiza.

É o retorno da tecnocracia na gestão da coisa pública. É a participação como técnica gerencial.

Na última eleição para presidente, em outubro de 94, dois projetos apresentavam-se com clareza. Fernando Henrique Cardoso, vencedor no primeiro turno, colocou como meta de governo, a inserção no Brasil no mercado mundial. Retoma o discurso da modernização, coerente com as transformações estruturais do capitalismo atual. Apresenta como meta a abertura da economia, a privatização, a reforma do estado, buscando torná-lo mínimo, confronta-se com o movimento sindical ligado à CUT, desregulamenta direitos sociais, procurando colocar o Brasil no rumo da história definitiva, ou final, na avaliação neoliberal<sup>5</sup>.

Ressalte-se que o atual governo mineiro, dentro de suas limitações, busca imprimir esta marca da modernidade em suas ações. Como exemplo, podemos citar as propostas de privatização do banco estatal CREDIREAL, venda de ações da CEMIG, enxugamento de quadro de funcionários da administração direta e indireta e a priorização do programa de Qualidade Total na educação, em substituição a uma "educação cidadã", objeto de

---

<sup>4</sup> Artigo publicado no Jornal Estado de Minas, em 29.06.95, na Seção Opinião, Primeiro Caderno, p. 6.

<sup>5</sup> Contraindo-se a este projeto político, na última eleição presidencial, a Frente Brasil Popular (PT, PSB, PC do B, PV, PPS), com um programa democrático-popular, e o PDT, com um programa nacionalista, colocaram ênfase na intervenção estatal, no conceito de soberania nacional e na manutenção dos direitos sociais. É importante, apesar de não ser objeto neste artigo, a reflexão acerca da possibilidade de aplicação de um programa político contrário à direção do capital, num mundo que se globaliza.

discussão nos anos 80, demonstrando que a racionalidade pedagógica capitalista é o novo paradigma das políticas públicas.

## **Conclusão**

Verifica-se que o capitalismo, na esfera econômica, tem-se mostrado capaz de reorganizar-se em novas formas de produção, criando um novo discurso ideológico de racionalidade na busca de sua legitimação, mesmo que, na realidade, esta racionalidade produtiva exclua amplos setores de população. O modelo econômico neoliberal deixa um saldo de marginalização, pobreza e desemprego, inclusive nos países mais ricos. O mercado não tem sido capaz de distribuir a riqueza produzida.

Na esfera social, observa-se uma dialética de interesses em jogo. As políticas participativas que já foram utilizadas por governos conservadores em determinado momento histórico são excluídas das prioridades oficiais atuais. Retorna o discurso da busca da eficiência econômica, em detrimento de políticas educativas conscientizadoras.

Esta versão tecnocrata, que procura despolitizar as relações sociais, preocupa-se com indicadores sócio-econômicos, desprezando processos sociais em curso.

O neoliberalismo se propõe como a única alternativa possível. O modelo democrático liberal teria encontrado na história sua síntese final. A possibilidade de transformação social mais ampla, é afastada pelos novos teóricos.

Porém, o novo paradigma defronta-se com resistências. Se o Estado deve ser mínimo, e os movimentos sociais "despolitizados", a resolução das contradições sociais não parece estar no horizonte. O que obrigará os movimentos sociais a novas formas organizativas.

Na esfera política, observa-se que o Estado, conectado com as reformas estruturais do capitalismo atual, absorve o discurso ideológico do mercado e a política concreta decorrente destas reformas. Devido a uma certa autonomia do Estado em relação as mudanças econômicas, esta conexão pode não dar-se no imediato, como no caso da política mineira de 1987 a 1990. Porém, o Estado possui a tendência de absorver as mudanças estruturais. Quando tal tendência não acontece, observam-se crises institucionais no âmbito da administração pública.

Assim, analisa-se o Estado brasileiro e mineiro nos últimos 20 anos, na área participativa, mostrando variações pendulares. Se o modelo pós-64 apresentou-se como um moderno Leviatã tecnocrático, onde as decisões

cabiam exclusivamente à esfera do poder, a própria sociedade organizada exigiu participar, mesmo restritamente, da esfera das políticas públicas. Assim, o Estado cede e a população consegue participar de alguns Programas públicos.

Porém, se o Leviatã tecnocrata cede num primeiro momento, incapaz de conter a organização política da sociedade, reorganiza-se em moldes liberais, ou melhor, neoliberais, num segundo momento. Assim, a vontade geral não é representada pelos interesses da população trabalhadora, mas sim pelos interesses do mercado, do capital.

Tudo isso aponta para uma análise na qual, vislumbra-se uma integração do país na economia internacional capitalista, contemplando, dessa forma, uma política de modernização conservadora. Assim, as políticas públicas tendem a aprofundar as decisões tecnocráticas na sua execução.

Quanto às possibilidades dos setores populares participarem das novas decisões políticas, resta saber que estas possibilidades nunca foram dadas. Elas sempre foram conquistadas, construídas ou reconstruídas. Portanto, cabe mais uma vez, na história que se aproxima do século XXI tão viva, contraditória e excludente como sempre foi, a conquista de um Estado transparente, democrático, e que esteja sob controle daqueles que sempre estiveram excluídos, ou seja, daqueles que vivem do seu trabalho.

## **Bibliografia**

- BORDENAVE, Juan Dias. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CALAZANS, M. Julieta C. et alii. **Planejamento e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.
- CAMPOS, Vicente Falconi. **TQC: Controle da Qualidade Total: no estilo japonês**. Belo Horizonte: FCO, 1992.
- COVRE, Maria de Lourdes. **A fala dos homens**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CRUZ, Ronaldo e PINTO, Vero F.S. **Racionalidade técnica e clientelismo: a lógica de ação da SETAS-1985-1990**. Monografia do PEAP - Fundação João Pinheiro, 1991.

- DRAIBE, Sônia. As políticas sociais e o neoliberalismo. **Revista USP**, São Paulo: n. 17, p. 86-101, 1993. Dossiê liberalismo/neoliberalismo.
- DULCI, Otávio S. Minas Gerais: O processo político recente. In: **Seminário sobre a economia mineira**: Diamantina 1988. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1988.
- FREITAG, Bárbara. **Política educacional e indústria cultural**. São Paulo: Cortez, 1986.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- GRAMSCI, Antônio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- LE VEN, Michel. Movimento operário sindical, 1972-85. In: **Movimentos sociais em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1987.
- MACHADO, Lucília R. de Souza. "Controle de Qualidade Total; uma nova gestão do trabalho, uma nova pedagogia do capital". **Extra classe em Revista**. Belo Horizonte: n. 1, p. 19-29, out. 1993.
- MERCADANTE, Aloízio. Armadilha neoliberal. **Teoria e Debate**. São Paulo, n. 10, p. 6-9, 1990.
- MINAS GERAIS. Diretrizes para a implementação do projeto piloto de desenvolvimento comunitário. Belo Horizonte. Secretaria do Trabalho e Ação Social, 1988 (mimeo).
- \_\_\_\_\_. Projeto piloto de desenvolvimento comunitário. Belo Horizonte. Secretaria do Trabalho e Ação Social, 1980, (mimeo).
- OFFE, Claus. Dilema da tecnocracia. In: **Tecnocracia e ideologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- PAIVA, Paulo. A crise na economia mineira. In: **Minas Gerais: uma realidade em mudança**. Belo Horizonte: secretaria de Políticas Públicas do PT, s.d. (mimeo).
- PRATES, Antônio A. et. alii. A emergência da estratégia de planejamento participativo no Estado de Minas Gerais: um balanço político institucional. **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, v. 12, n. 9/10, p. 20-30, set/out, 1992.
- RODRIGUES, Neidson. **Estado, educação e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Cortez, 1984.

- SEGNINI, Liliana. Controle e resistência nas formas de uso da força de trabalho em diferentes bases técnicas e sua relação com a educação. In: **Trabalho e educação**. Campinas: UNICAMP, 1992. (Coletânea CBE).
- SOMARRIBA, Mercês e AFONSO, Mariza. Movimentos urbanos e estado; novas tendências. In: **Movimentos sociais em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1987.
- SOMARRIBA, Mercês e RESENDE, Mariza. "Movimentos sociais urbanos e a nova conjuntura em Minas: rumo ao populismo? In: **Minas Gerais: uma realidade em mudança**. Belo Horizonte: Secretaria de Políticas Públicas do PT, s.d. (mimeo).